



Projeto

Orientação de Educação Assistiva

Estudo sobre o panorama da Educação Assistiva no Brasil

Inicialmente, Inclusão é um tema cheio de desafios. Na pré-história, as pessoas com deficiência eram tratadas como demônios ou profetas e antes do século XIX, eram consideradas indignas de escolaridade. Esta fase, segundo, Blanco (2003), é chamada de **fase de exclusão**. Nesse período, com o domínio da Igreja, essas pessoas foram punidas, condenadas ou amaldiçoadas.

No século XVIII, especialmente as pessoas com deficiência intelectual estavam completamente isoladas e detidas em orfanatos, hospitais psiquiátricos, segundo Amaral Silva Neto; assim quando no final do século XIX, surgiram as instituições especializadas que diagnosticavam os indivíduos pelo QI, marcou-se o **período de isolamento**.

A partir da década de 1970, constituiu-se a **fase de integração**, quando os deficientes passaram a ingressar na classe normal desde que se adaptassem e não causassem qualquer problema. Como houve muitas manifestações, também aconteceu o declínio paralelo da Educação Especial e do Ensino Regular; no entanto na década de 1990, o conceito de Educação inclusiva foi fortalecido.

“O Movimento Global de Educação Inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica que visa a defesa do direito de todos os alunos de se reunir, aprender e participar sem qualquer discriminação”, apud Silva Neto (2018).

Acreditava-se que as escolas formais não atendiam às necessidades das crianças com deficiência porque não havia recursos no Brasil nem professores qualificados ou estrutura adequada para receber “alunos especiais”.

Assim ao longo deste breve resumo sobre a história das pessoas com deficiência, percebe-se que da morte, exclusão, isolamento passou-se a ideia da **Inclusão** para que os alunos com deficiência aprendessem em salas regulares, absorvessem conteúdo, interagissem e construíssem conhecimentos.

“Incluir mais do que apenas a inserção. Mais importante, é preciso dar condições para a persistência e possibilidade de aprendizagem e desenvolvimento, de forma a maximizar o seu potencial”, segundo Cunha.

Dever-se-ia discutir mais sobre isso já que as pessoas com deficiência têm direito à vida em todos os aspectos.

Assim sendo, a nova Educação Inclusiva deve ter foco na aprendizagem cooperativa, ensino em diferentes graus de complexibilidade, oportunidades de os alunos fazerem

escolhas e praticarem o que aprenderam, avaliação adaptada, flexibilização dos espaços e dos tempos, clima de respeito, valorização das diferenças e adequação do currículo.

Segundo Romeu Sasaki, a acessibilidade deve abranger as dimensões atitudinal, arquitetônica, comunicacional, metodológica, programática e instrumental.

Para que haja integração dos alunos com deficiência houve a Resolução CNE/CEB 04/2009 em que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência em salas regulares e no atendimento especializado; assim os alunos teriam aulas em um período na sala regular e no contraturno escolar ficariam em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), equipadas com recursos pedagógicos de acessibilidade e assistidos por um professor qualificado. A intenção é estimular a autonomia dos estudantes dentro e fora da escola.

No âmbito nacional, para o Brasil se ajustar a tantas modificações, vem definindo políticas públicas e elaborando instrumentos legais que garantam tais direitos. Várias leis foram feitas, porém só em 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que as discussões se intensificaram.

O atendimento educacional especializado (AEE) funciona como complemento ou suplemento da formação do aluno com deficiência, sendo o centro do processo educacional. Este deve ser definido de acordo com a necessidade do estudante, sendo recomendado o mínimo de duas horas semanais.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) elaborou modelo das salas de recursos e garante suporte técnico e financeiro para as redes públicas de ensino.

A presença destas crianças nas escolas são um desafio para os professores que têm de 25 a 45 alunos em sua sala e que muitas vezes, não têm formação acadêmica adequada.

Identificou-se que no Brasil, há 1.527.794 estudantes na educação especial, o que representa 3.2% das matrículas.

Estudantes da Educação Básica

47.382.074

Estudantes da Educação Especial

1.527.794

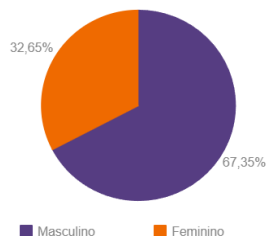
Proporção de matrículas da Educação Especial

3,2%

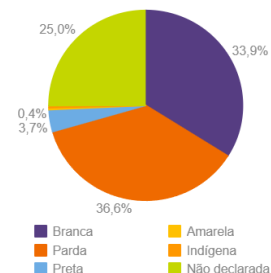
DIVERSA

67.35% são do sexo masculino, 33.9% são brancos, 40.3% são pretos e pardos e 90.2% vivem no meio urbano.

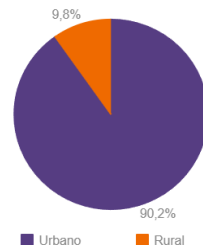
Estudantes da Educação Especial por sexo



Estudantes da Educação Especial por raça/cor

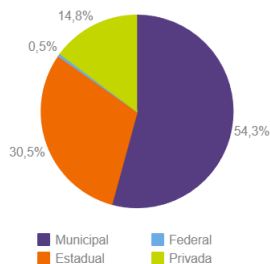


Estudantes da Educação Especial por localidade



A maior concentração de alunos de Educação Especial está na faixa etária até 14 anos (66.2%) e 30.3% estão nos anos finais (Ensino Médio); enquanto somente 4.3% estão em creches.

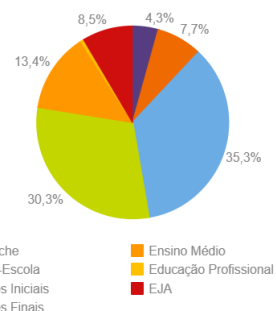
Estudantes da Educação Especial por tipo de rede



Estudantes da Educação Especial por faixa etária

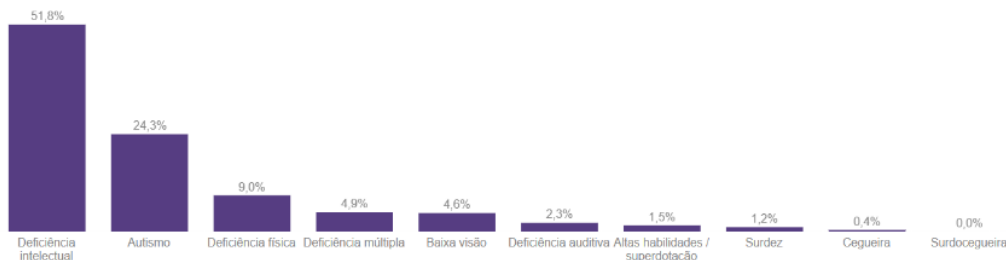


Estudantes da Educação Especial por etapa

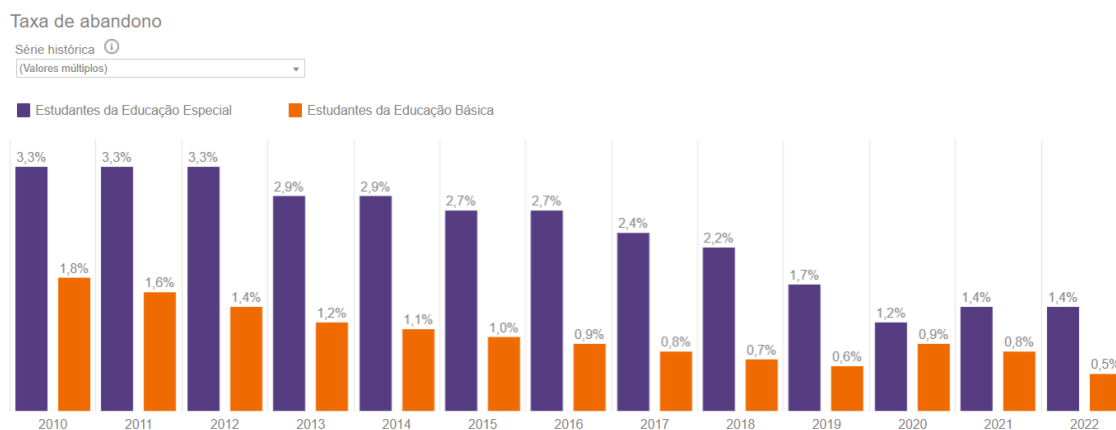


Quanto aos alunos da Educação Especial por tipo de deficiência, há 51.8% com deficiência intelectual; 24.3% com autismo (TEA); 9% com deficiência física; 4.9% com deficiências múltiplas; 4.6% com baixa visão; 2.3% com deficiência auditiva; 1.5% com superdotação; 1.2% com surdez; 0.4% com cegueira e 0% surdocegueira.

Estudantes da Educação Especial por tipo de deficiência



Quanto ao abandono de estudantes da Educação Especial, o gráfico mostrou que de 2010 até 2022, 1.8% passaram para 0.5%, uma diminuição na taxa de abandono.



Quanto ao total de professores regentes de 2.355.597, apenas 51.360 são professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE); mas o que é grave é que somente 5.8% têm formação continuada, isto é, fizeram curso ou faculdade para lidarem com crianças e adolescentes advindos do AEE.

Todos os professores

2.355.597

Professores regentes

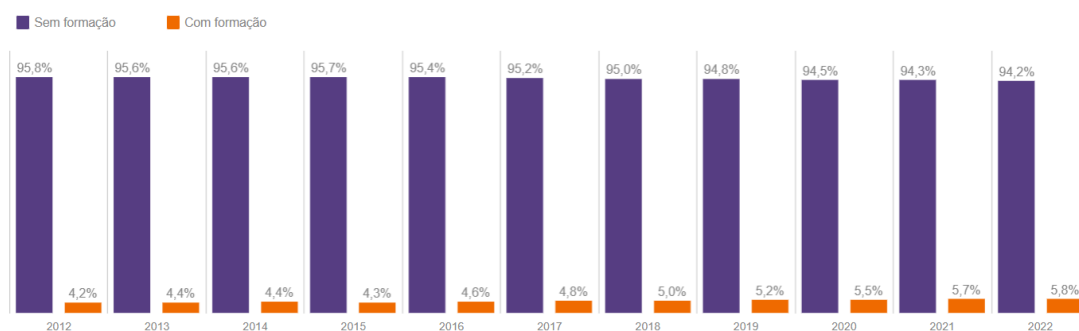
2.315.616

Professores do AEE

51.360

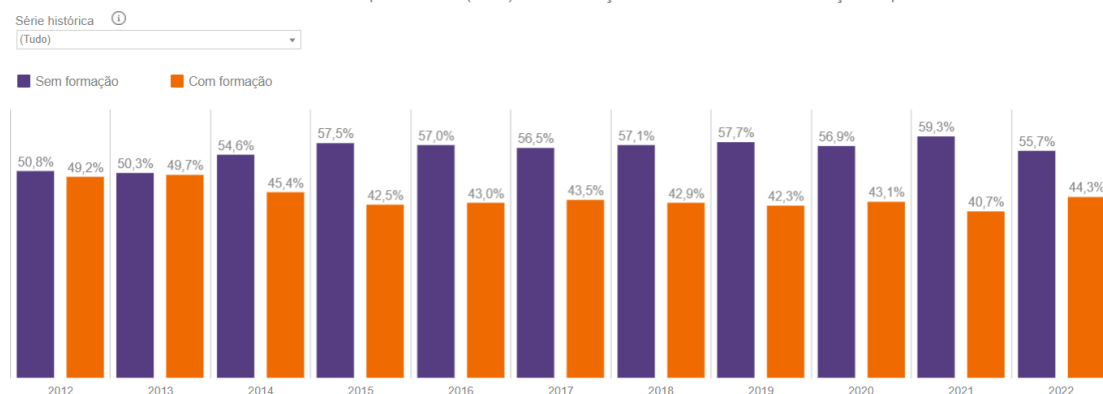
Professores regentes com formação continuada sobre Educação Especial

Série histórica (Tudo)



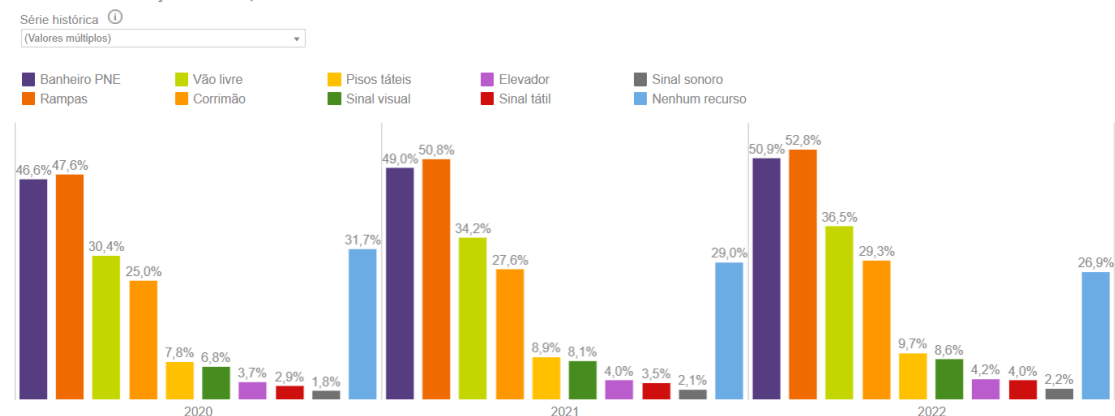
Os professores especializados do AEE de 2012 à 2022 tiveram uma redução de 4.9% daqueles que têm formação continuada sobre Educação Especial, fato negativo e surpreendente já que eles são os professores responsáveis pelas salas de Recursos Multifuncionais que vão trabalhar diretamente com crianças e adolescentes com deficiência. Note bem que em 2022 somente 44.3% destes professores são qualificados, 22.752, no Brasil (0.96% de todos os professores do Brasil).

Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com formação continuada sobre Educação Especial



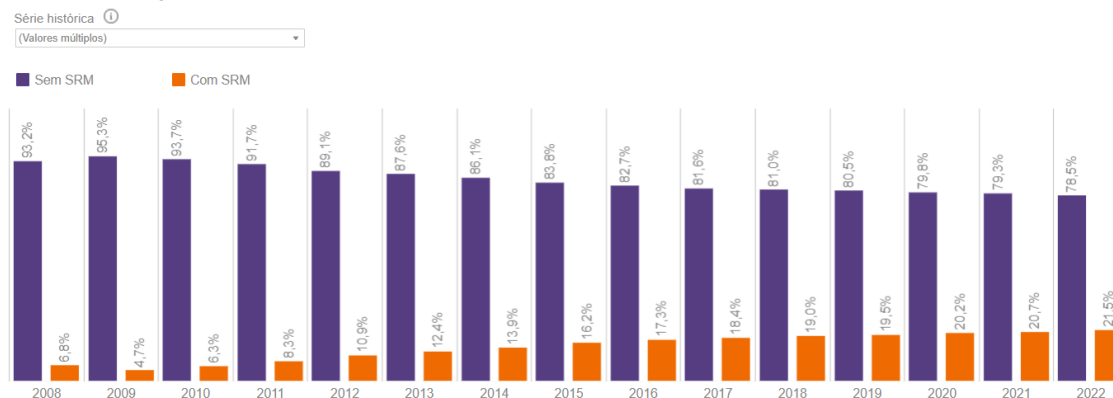
Também quanto à acessibilidade nas escolas de 2020 à 2022, há surpresas: quase não há sinais táteis, sonoros ou elevadores / plataformas; houve apenas a preocupação com a construção de banheiros acessíveis e rampas. Infelizmente, ainda há 26.9% das escolas no Brasil sem nenhum recurso de acessibilidade.

Escolas da Educação Básica por itens de acessibilidade



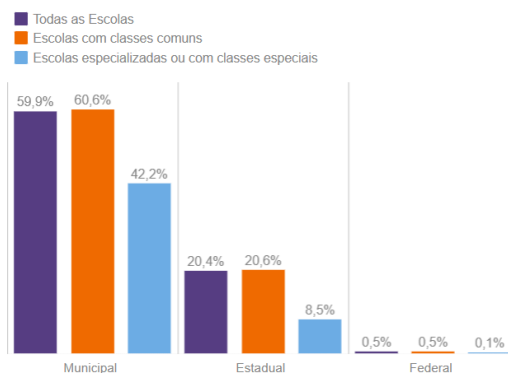
É impressionante que de 2008 até 2022, as escolas de Educação Básica não têm salas de recursos multifuncionais, sendo que somente 21.5% tem estes recursos em 2022.

Escolas da Educação Básica com Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)

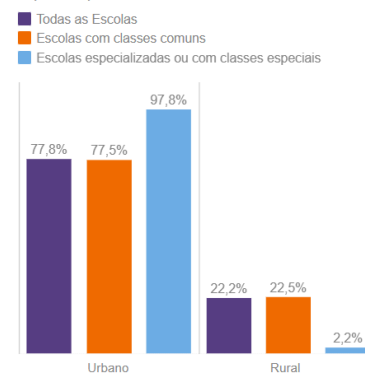


No último gráfico, percebe-se que as matrículas da Educação Especial com escolas especializadas, 42.2% são na rede municipal; 8.5% são da rede estadual; 0.1% na rede federal e 49.1% na rede privada.

Escolas com matrículas da Educação Especial por rede



Escolas com matrículas da Educação Especial por localidade



Conclusão: Através dos estudos comprovados pelos dados dos gráficos da plataforma DIVERSA, iniciativa do Instituto Rodrigo Mendes, em parceria com o Instituto Unibanco e apoio do CENTRO LEMANN, conclui-se que é necessário mais investimentos na formação continuada dos professores, já que estes são parte importantíssima no processo de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência e estão “perdidos” em suas salas de aula sem entender o processo e sem terem embasamento diante do grande obstáculo de lidar com quaisquer deficiências. Urge que se qualifique os professores du-



rante o ano escolar através de cursos e aulas nas Diretorias ou nas próprias escolas, pelo menos para que eles saiam da obscuridade; então o Instituto Humanus na sua área de Educação Assistiva está preparado juntamente com sua equipe para implantar sementes inicialmente no estado de São Paulo e depois para todo o território nacional.

PROPOSTA NA ÁREA DE FORMAÇÃO

Com este curso, estaremos implementando os mais modernos conceitos da Educação Assistiva nas escolas públicas e privadas. Até o momento já realizamos diversos outros projetos nas áreas de Tecnologia e Cultura; sendo que atualmente também estamos nos dedicando ao Projeto (ESG + DuDa) que está sendo apresentado em entidades patronais (Prefeituras e Governos estaduais) com o objetivo de divulgar o Design Universal e a Tecnologia Assistiva como ferramentas de inclusão e geração de novas oportunidades mercadológicas de economia sustentável (ESG).

LEGISLAÇÃO

Projeto de lei com isenções fiscais sobre o Instituto Humanus.

PROJETO EDUCAÇÃO ASSISTIVA

Objetivo:

O curso sobre Educação Assistiva para educadores tem como objetivo fornecer conhecimentos e “insights” relacionados à inclusão de alunos com deficiência nas salas de aula regulares. Essas palestras visam conscientizar os educadores sobre a importância da Educação como processo de inclusão e oferecer estratégias e recursos práticos para atender às necessidades educacionais desses alunos. Alguns dos objetivos comuns do curso sobre Educação Assistiva para educadores incluem:

1. Sensibilização sobre a diversidade: As aulas buscam sensibilizar os educadores sobre a diversidade de necessidades e habilidades dos alunos, ajudando-os a entender as diferentes deficiências e desafios que podem estar presentes em uma sala de aula inclusiva.
2. Conhecimento sobre legislação e políticas inclusivas: As aulas podem fornecer informações sobre as leis e políticas educacionais que garantem o direito à inclusão de estudantes com necessidades especiais. Isso ajuda os educadores a entender seus papéis e responsabilidades na implementação dessas políticas.
3. Familiarização com estratégias de ensino inclusivas: As aulas oferecem aos educadores estratégias e técnicas pedagógicas que podem ser usadas para promover a aprendizagem e a participação ativa de todos os alunos na sala de aula. Isso inclui adaptar o currículo, diferenciar o ensino, utilizar recursos tecnológicos (Tecnologias Assistivas) e implementar práticas de avaliação inclusivas.

4. Capacitação de educadores a oferecerem um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo para todos os alunos.
5. Reconhecimento dos diversos tipos de deficiência e dificuldades/ transtornos de aprendizagem.
6. Apresentação das salas multifuncionais.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Este projeto de curso tem dois formatos distintos, sendo: 16 horas / aula presenciais de 4 horas representando 01 módulo em 4 dias distintos ou 16 horas / aula presenciais de 8 horas 02 módulos diários em 2 dias. Nele, a educadora, psicopedagoga e especializada em Educação Assistiva e TEA (Transtorno do Espectro Autista), Cleusa Mangueira Sonnewend irá ministrar aulas em formato de curso de extensão cultural para professores das redes de ensino estadual, privado e/ou municipal. É importante que se destaque que os professores não têm informações devidas de como lidar com crianças ou adolescentes PcD, com dificuldades de aprendizagem ou transtornos/ distúrbios variados. Também se ressalva que o professor não foi preparado adequadamente para esses novos desafios que estão aumentando na sala de aula. No curso, ele aprenderá diversos conceitos, simulando o dia a dia na sala de aula.

O Curso será dividido em 4 módulos com o seguinte cronograma:

1º Módulo

- Apresentação
- Histórico sobre Educação Especial/Assistiva
- Diferenças entre os termos PPD, PNE, PcD

2º Módulo

- Distúrbios de linguagem: afasia, mutismo, glossolalia e bradifasia
- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos mentais (DSM) / deficiência intelectual
- Os diferentes tipos de necessidades especiais: Síndrome de Down, a Síndrome do X frágil, a Síndrome de Angelman, a Síndrome de Williams, a Síndrome de Prader-Willi

- Como reconhecer crianças não diagnosticadas em sala e aula? Para quem direcionar essa situação?

3º Módulo

- Comunicação alternativa / Recursos alternativos
- Salas de recursos multifuncionais
- Tecnologias Assistivas e apresentação de recursos/software

4º Módulo

- Legislação - público alvo lei nº 12.796 (alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento - TEA, síndrome de Rett, transtorno de Asperger-altas habilidades, superdotação) / decreto 6.571/2008 AEE – Educação especial
- Adequação e adaptação curricular no autismo
- Distúrbios de aprendizagem: dislexia, disgrafia, disortografia, afasia, discalculia, acalculia, TDAH, gagueira
- Dicas práticas

Obs.: Esse curso pode ser ministrado por mais dias ou horas, de acordo com a necessidade sentida pelo grupo ou Secretaria. É um curso de orientação que pode ser adaptado para mais vezes durante o ano devido às crescentes dúvidas dos profissionais da área com relação às crianças e adolescentes PcD e com TEA em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.
- Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC / SEESP, 2001.
- Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 06 set. 2018.
- Lei nº. 7.853. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. de 24 de outubro de 1989.
- Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
- Lei nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão., 2008.
- Lei nº 8.842/1994. Política Nacional do Idoso. Brasília: DF, janeiro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 31 out. 2020.
- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Introdução. Ensino. Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 06 set. 2018.
- Lei nº 1074/2003. Estatuto do Idoso. Brasília: DF, outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso 31 out. 2020.
- PAÍN, Sara. Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. http://pt.wikipe-dia.org/wiki/Lei_de_Diretrizes_e_Bases_daEduca%C3%A7%C3%A3o_Nacional#Lei_de_Diretrizes_e_Bases_-_1996
- Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Brasília: MEC; SEEP; 2008.
- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.
- SANTOS, E.S.; SANTOS, S.S. (Org.). Transtornos e Distúrbios de aprendizagem em tempos de inclusão. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

- RODRIGUES, S. D., CIASCA, S. M. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. Rev. Psicopedagogia 2016; 33(100):86-97. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862016000100010. Acessado em: 20/03/2020
- AMERICAN PSYQUIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5). Washington: APA; 2014. ONU. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso 21 de março de 2019
- JOHNSON, D. J; MYKLEBUST, H. R. Distúrbios de Aprendizagem. 3. Ed. São Paulo: Pioneira, 1987.
- SMITH, C; STRICK, L. Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de
- Transtornos Mentais: DSM – V. 5ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. Disponível em <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em 15 nov 2020.
- SEABRA, B.A. Magno. Distúrbios e transtornos de aprendizagem: aspectos teóricos, metodológicos e educacionais. Editora BAGAI.2020.
- LEAL, Prof. Elaine Cristina Alvesde Carvalho.
- Adequação Curricular nos Casos de Autismo. Disponível em <http://elaineaee.blogspot.com.br/2014/04/adequacao-curricular-nos-casos-de.html>
- SOUZA, Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augustode, CUNHA, Eugênio. Adaptação Curricular para Alunos com Autismo: Estratégias para Alfabetização de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Disponível em <http://201.8697.2/ojs/index.php/RevistaCientificaCENSUPEG/article/view/195>
- SASSAKI, R. K. Entrevista. In: Revista Integração, Brasília, V8, N.20 P. 8-10, ago. 1998
- SILVA NETO, A. de O.; ÁVILA, E.G.; SALES, T. R. R.; AMORIN, S.S.; NUNES, A.K.; SANTOS, V. M. Educação Inclusiva: Uma escola para todos. Revista Educação Especial /V. 31/ n. 60 / p. 81 – 92 / jan. / mar. 2018 - Santa Maria. RS. 2018.
- BLANCO, S. Revista Criação & Crítica. 2019
- diversa.org.br